

UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**PORTFÓLIO ACADÊMICO
CORPO FORMA: UM NOVO OLHAR PARA OS ABRIGOS DE
ACOLHIMENTO E APOIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

WEVERTON DE CASTRO TEIXEIRA

WEVERTON DE CASTRO TEIXEIRA

**CORPO FORMA: UM NOVO OLHAR PARA OS ABRIGOS DE
ACOLHIMENTO E APOIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Portfólio Acadêmico apresentado ao
Centro Universitário de Lavras, como
parte das exigências da disciplina
Metodologia da Pesquisa II, curso de
graduação em Arquitetura e
Urbanismo.

ORIENTADORA

Prof^a. Ma. Amanda Burgarelli Teixeira

**LAVRAS-MG
2021**

Ficha Catalográfica preparada pelo Setor de Processamento Técnico
da Biblioteca Central do UNILAVRAS

P849 Portfólio Acadêmico: Corpo - forma: um novo olhar para os abrigos
de acolhimento e apoio a pessoas em situação de rua / Weverton de
Castro Teixeira. – Lavras: Unilavras, 2021.

70 f.: il.

Portfólio acadêmico (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) –
Unilavras, Lavras, 2021.

Orientador: Prof.^a Amanda Burgarelli Teixeira.

1. Pessoa em situação de rua. 2. Espaço urbano. I. Teixeira,
Weverton de Castro. II. Teixeira, Amanda Burgarelli. (Orient.). III.
Título.

UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

WEVERTON DE CASTRO TEIXEIRA

**(RE) SIGNIFICAR: ABRIGO DE ACOLHIMENTO E APOIO À
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Portfólio Acadêmico apresentado ao
Centro Universitário de Lavras, como
parte das exigências da disciplina
Metodologia da Pesquisa II, curso de
graduação em Arquitetura e
Urbanismo.

Aprovado em / /

ORIENTADORA

Prof^ª. Ma. Amanda Burgarelli Teixeira

**LAVRAS-MG
2021**



UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

Dedico este portfólio a meus amores primeiros, minha mãe Maria Beatriz e meu pai José, pelo sinônimo de fé, bondade e força.

À todas e todos que sobrevivem na arte que chamamos de vida, que sofrem violações em virtude das diversas vulnerabilidades presentes em nossas realidades, e nelas lutam todos os dias por tempos e mundos melhores.

UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

AGRADECIMENTOS

À Deus inicialmente, por ser sempre alicerce de fé em cada dia, me concedendo o suspiro do nascimento e iluminando os passos da minha caminhada.

Ao tempo e as artes, por terem sido tão gentis comigo, aceitando minhas fases, falhas e vitórias. Seja em cada sorriso ou cada pranto.

À minha mãe Maria Beatriz de Castro Teixeira e meu pai José de Castro Teixeira, por terem me ensinado o valor do amor e da vida, e que nunca mediram esforços para que sua própria força servisse de incentivo na busca dos meus sonhos. Ao meu irmão Rodrigo de Castro Teixeira, que me ensinou o valor da sabedoria e do respeito ao próximo, sempre como apoio a quem posso contar. E à flor mais linda da minha vida, minha irmã, Josimara Aline de Castro Teixeira que com sua doçura e bondade nunca me faz esquecer o sentido de um sincero abraço.

Agradeço a Agatha e ao Jhonatan, que me mostram todos os dias o quão bonita pode ser uma amizade. Por todo companheirismo e crescimento que conseguimos alcançar juntos, enfrentando nossos desafios e almejando nossas perspectivas. Nós constituímos a família com quem dividi minhas vivências e minha segunda casa, carinhosamente levada como República Katakumba. Mônica e Marcus vocês a essa casa reforçaram ainda mais meu sentimento de lar. Sempre lembrarei dos momentos especiais e de nossas longas conversas.

Ao “Clubinho do Chá”, por materializar o fraterno em uma equipe, tornando a pilar fundamental nessa nossa fase. Cada um e cada uma de vocês me fortaleceu na vontade de ir além, e de proporcionar grandes mudanças nessa vida junto a pessoas que se apoiam. Daqui já aplaudo de pé profissionais que estão se tornando.

A todo corpo docente que me acompanhou nesses anos, em cada ensinamento e novos olhares ao mundo. A professora Luciana Aparecida Gonçalves Oliveira nas instruções de construção desse portfólio. E assim, em especial à minha professora orientadora Amanda Burgarelli Teixeira, por toda dedicação, carinho, amizade e por acreditar junto comigo. Seu incentivo foi fundamental no meu crescimento de poder sempre me encontrar nesse vasto universo.

Por fim, a todas as orações, pessoas e amigos que de algum modo se fazem presentes no meu caminhar. Incríveis foram e serão cada momento.

Assim sendo, só posso dizer, gratidão!

“As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada, o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.”
(SANTOS, 1999, p.227)

UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

RESUMO

A lacuna social presente nas realidades do espaço habitado no que diz respeito à inclusão dos indivíduos no ambiente urbano é um grande desafio a ser enfrentado na composição das cidades. Os intensos processos de disputa de território e poder de capital refletiram no ser o mais escancarado descaso no que tange o vínculo entre sociedade e a perspectiva de vida enquanto cidadão, reflexo direto nas vivências das pessoas em situação de rua. Deste modo, o enfoque deste trabalho busca uma discussão e novos olhares acerca de uma Arquitetura e Urbanismo que expresse seu caráter social, em toda sua peculiaridade apresentada pelo segmento, de modo a ressignificar o espaço e transparecer o corpo.

Palavras-chave: pessoa em situação de rua; espaço urbano.

LISTAS DE IMAGENS

Imagem 1 - Vista aérea da localização do terreno	28
Imagem 2 - Fachada principal do edifício.....	29
Imagem 3 - Entorno imediato a Oficina Boracea.....	30
Imagem 4 - Espaço interno destinado as carroças.	31
Imagem 5 - Horta presente na Oficina	31
Imagem 6 - Artesanato produzido nas oficinas de artes.....	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Croqui representativo do Projeto oficina Boracea.....	27
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População em situação de rua, por região (set./2012-mar./2020).....	37
Tabela 2 - Crescimento populacional para Lavras por diferentes metodologias.	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População em situação de rua informada no Censo Suas e cadastrada no Cadastro único (2013-2019).....	35
--	----

LISTA DE SIGLAS

CRAS (Centros de Referência de Assistência Social)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	16
1.1 Processos da Urbanização no Brasil.....	16
1.2 Regionalização no Campo das Vertentes	20
1.3 A rua e a sociedade.....	22
1.4 Sociabilidade e o espaço habitado	24
1.5 A formação do espaço urbano e suas políticas: reflexões das desigualdades	18
CAPÍTULO II – ESTUDOS DE CASO	27
2.1 Estudo de caso Projeto Oficina Boracea	27
CAPÍTULO III – PROBLEMÁTICA	35
CAPÍTULO IV – DIRETRIZES PROJETOVAIS	41
4.1 Análise e Diagnóstico	41
4.1.1 Aspectos Históricos e de evolução Urbana	41
4.1.2 Aspectos Funcionais	45
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

O cenário histórico brasileiro é marcado por lutas e reivindicações a cidades mais justas e inclusivas, em uma relação intrínseca entre ambiente e ser. Tal aspecto pode ser notado pela expansão dos espaços que se estruturam conforme suas lógicas próprias, e por muitas vezes transfiguram em reflexos das relações com o mundo exterior (SANTOS, 1994). Essa conexão é bastante característica desde a chegada da indústria no Brasil, por volta dos anos de 1900, trazendo consigo o agravante que deixou nos locais onde surgiu. Ali, e não diferente no país em face a uma série de mudanças e decisões que foram se moldando com o tempo, a pobreza escancarou diante da modernização e produção capitalista, no limiar entre o surgimento da população em situação de rua no meio urbano.

No tocante à territorialidade, nessas décadas iniciais do século XX, se concentravam nas regiões sul-sudeste grande foco da urbanização e industrialização. O marcante da época, caracterizado por um esquema de troca trabalho-habitação, já demonstrava no espaço uma situação desigual. Quem trabalhava nas indústrias conseguia um ponto de abrigo, no mesmo ponto que ficavam sujeitos a uma condição de dependência a quem detinha a posse (REIS FILHO, 1970 e 2000; BLAY, 1978).

O desenvolvimento econômico vislumbrado, assinalava cada vez mais as transformações ao urbano nesses anos. Campos Filho (2001) menciona que nesse período que se seguiu, a industrialização acelerada elevou o crescimento de níveis regionais a alcançar rapidamente nacionais, com mudanças nas novas práticas de modernização das cidades. Essas intensas modificações nitidamente já refletiram no ambiente, em uma concretização da desigualdade social e espacial notada no prenunciado e rápido aumento das favelas e cortiços.

Cronologicamente, o nefasto capital e poder das relações de disputa que gritaram mais alto a mente do ser, continuaram a perpassar nos séculos e reverberaram como cicatrizes no ambiente das cidades, que são até os dias atuais, desafios a serem enfrentados. Como citado, a região Sudeste do país foi fortemente impulsionada por esses processos e no resultante crescimento da população. Uma das cidades que guarda marcas de todo o contexto da época, é Lavras, localizada no Estado de Minas Gerais.

Traçado na mesorregião do Campo das Vertentes o município vivenciou um constante processo de urbanização e com o advento da ferrovia, acelerada mecanização do espaço. Assim como em diversas cidades do Estado, a expansão de Lavras foi diretamente influenciada pela linha férrea, e ao longo dela a população passou a se organizar e estruturar, com uma política de ordenação na malha urbana marcada pela segregação socioespacial (Graça Filho, 2002). Desde sua elevação por lei à condição de cidade, Lavras passou a ter anexado a seu território diversos distritos, hoje cidades de seu entorno, dentre elas Ijaci, Ribeirão Vermelho, Luminárias, Carrancas, Itumirim, Itutinga e Ingaí (IBGE, 2017). Na ordenação territorial da região, a cidade desponta como polo do microterritório de desenvolvimento e da microrregião de saúde, o que reforça sua notável presença no todo circundante.

Grandes fatores como a criação do Distrito Industrial de Lavras, e a federalização da Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL (dando início a um processo de expansão do ensino superior no município), foram pontos que acentuaram de maneira significativa o crescimento populacional. No mesmo ponto que refletiu numa ampliação urbana, acirrou a problemática das condições de vulnerabilidade, uma vez que elevado número de bairros recentes carecem de serviços públicos de qualidade - dentre eles saúde (atenção básica), transporte, assistência social e educação (principalmente educação infantil) - ou alcançaram esse direito anos após, já abrigado grande número de moradores nesses locais.

Outro ponto importante a ressaltar, é a grande parcela de população flutuante que perpassa pela cidade, considerada entre trabalhadores não residentes, cidadãos em busca de serviços especializados - principalmente na área da saúde e comércio, bem como estudantes e funcionários das universidades (IBGE, 2020). A população em situação de rua destaca-se por muito na paisagem dessa mesma forma, visto que a localização da cidade e esses fatores reforçados, corroboram à busca por uma condição de perspectivas melhores, quando comparadas a outras realidades em outras regiões. Isso nem sempre é alcançado por essa população, que acaba por se instalar na própria cidade, tendo as ruas como local de moradia. Sua materialização em termos do habitar revelou apenas um dos tantos processos

de estruturação de classes para a cidade, em sua inserção nos processos históricos do país na produção capitalista.

Análogo a esse pensamento, toma como palco central da cidade a população em situação de rua, que vivenciam o habitat informal da paisagem urbana, na necessidade de abrigar-se. São caracterizados como grupo populacional heterogêneo, de pessoas com experiências e realidades diferentes, mas que têm em comum a condição de vislumbrar na rua seu local de moradia, na falta de uma habitação convencional regular. Transfiguram o território, em uma enorme capacidade transformadora e criativa do urbano, entre sua manipulação de materiais recicláveis e artifícios que encontram na luta cotidiana de sobrevivência no espaço. Uma superação diária de quem é vulnerável diante a sociedade, perdendo sua identidade e exposto a situações de vida insalubres e desumanas. A essas pessoas deve ser dado todo tipo de respeito e por isso, este portfólio se estrutura de modo a compreender os aspectos que permeiam a vida na rua e quais os mecanismos disponíveis para fomentar uma mudança significativa no modo de habitar o urbano.

Paralelamente a esse ideal, com as questões norteadoras delimitadas, a pesquisa e iniciativa que o precede surgem do objetivo projetual de um abrigo que acolha, propicie afeto, apoio e guie moradores em situação de rua na cidade de Lavras e de alcance à região. Deste modo, a proposta transcorre no abrigar como uma arquitetura que ofereça local para repouso, higienização pessoal, alimentação e capacitação pessoal e profissional, visando a (re) significação social e um caminho pós abrigo.

Ressaltar a contribuição do ambiente e ser, é um dos norteadores fundamentais de estudos e compreensão nessa proposta, tal como um aprofundamento em análises históricas, de políticas sociais, e às desigualdades que visivelmente abrem o caminho aos diferentes motivos que levam a rua concretizar um espaço de moradia. Em busca de respostas à questão problematizadora e do alcance dos objetivos estabelecidos, este portfólio encontra-se assim estruturado:

O Capítulo I abordará os processos da história urbana, desenvolvido como referencial teórico. A partir dele, será analisado como cada mudança durante o tempo impactou a relação entre desigualdade social, segregação territorial e meio

ambiente, com foco nas questões diretamente ligadas ao contexto projetual que se intenciona: a situação de rua e o habitat urbano.

O Capítulo II apontará soluções adotadas em outros espaços acerca da mesma temática, no formato de Estudos de Casos, a fim de se tornar como base de análises que irão agregar no desenvolvimento da proposta conceitual, projetual e em metodologias a serem aplicadas na situação em questão.

No Capítulo III será feito o estudo das problemáticas acerca do assunto, nas relações entre habitar, ocupar o território e as representações sociais nos mais diferentes momentos da vida, procurando questionar a situação estabelecida e encontrar sentidos a se trilhar por estes. Será ressaltado neste capítulo também pontos fundamentais entre crescimento do espaço urbano, da população e seu impacto nos veios da pobreza, segregação, exclusão e vulnerabilidade.

Por fim, o Capítulo IV, ilustrará as diretrizes projetuais que servem como condicionantes, guias e proposições, a fim de alcançar um resultado positivo para pensar a Arquitetura e Urbanismo como ferramenta de transformação da realidade galgada na desigualdade brasileira, por meio da materialização de um abrigo voltado à população em situação de rua na cidade Lavras, Minas Gerais.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Processos da Urbanização no Brasil

Compreender a história urbana no Brasil é elemento essencial no entendimento das mudanças ocorridas ao longo do tempo, que foram modificando e criando tantas paisagens entre ambiente e ser, na diversidade cultural que conforma as cidades. A respeito de definições do que seja paisagem, Santos (1988) clarifica como sendo o que a visão descortina, em uma definição do domínio do visível. Não apenas composto de volumes, mas também de cores, movimentos, cheiros, sons etc. A partir disso espaço e paisagem se integram, em um resultante do pano de fundo da sociedade, um mosaico de relações, moldando formas, aplicando funções e sentidos; Macedo (1999) define paisagem como a expressão acerca das morfologias das diferentes formas ocupacionais e do próprio ambiente, na decorrência do tempo.

Nessa intrínseca relação que discorre cronologicamente, é possível notar as marcantes mudanças no território, já nas décadas iniciais do século XX, onde as cidades brasileiras eram vistas como possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo, instalando e ampliando um atraente mercado de trabalho na época. Ali, nos anos entre 1900 e 1920 a urbanização e a industrialização estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste que, de forma bem semelhante, traçaram elementos tanto no meio rural, quanto no urbano. Neste primeiro, “com a abolição da escravidão, as fazendas recebem os trabalhadores livres europeus e mediante a construção de colônias implanta, através da habitação, uma forma de fixar e de pagar, baseado na troca, o trabalho destes colonos.” (CAMPOS FILHO, 2001, p. 150).

Nas cidades, as grandes indústrias têxteis fundamentam a construção das moradias destinadas a classe operária, assim, são construídas ruas, quarteirões de casas e vilas pelo empresário industrial. Em uma era de construção civil ainda inicial, as casas alugadas, ao mesmo tempo em que serviam como um ponto de abrigo a quem trabalhava nas indústrias, indicavam simultaneamente uma sujeição. Tal dependência a quem detinha a posse recompõe as condições “às quais o

empregado se coloca quando tem seu emprego e sua casa vinculados.” (REIS FILHO, 1970 e 2000; BLAY, 1978, p. 150).

O desenvolvimento das indústrias cresce, deixando profundas transformações ao urbano nas décadas de 1920 a 1940, no marcante crescimento também da população. Como menciona Campos Filho (2001), mesmo diante desse cenário, nos anos que seguiram, os investimentos privados se impulsionaram pela orientação do capital diante da ascensão industrial, no mesmo ponto que desinteressam por investimentos em infraestruturas básicas como saneamento (distribuição de água e coleta de esgoto), equipamentos coletivos e de serviços, por exemplo. Isso resulta em consequências perigosas as cidades, já espelhando traços das desigualdades sociais e de classes. Por consequência deste não investimento, e das políticas estatais tratarem a infraestrutura e equipamento urbano, coletivos ou não, como mercadorias, associado ao número crescente de trabalhadores e seu baixo poder aquisitivo, são ocupados os locais suscetíveis de apropriação diante o contexto, as periferias das cidades (MARICATO, 1982).

A partir de 1960 observa-se uma fase de intensa e acelerada industrialização, que eleva o crescimento da urbanização de níveis regionais a nacionais, com mudanças nas novas práticas de modernização das cidades, mais presentes em certos territórios, como nas capitais de Estados. Na década de 1970 tais mudanças passam de quantitativas à qualitativas, onde o interesse se dá no tocante ao desenvolvimento econômico, enquanto o urbano sofre com a nítida concretização da segregação espacial (CAMPOS FILHO, 2001). A organização da cidade é afetada diretamente, uma vez que seguindo o viés do capital, torna-se um local de inversão excludente (quando o valor de troca sobrepõe ao valor de uso). Factual no crescimento de favelas e cortiços - a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles. Como afirma Meyer (1978, p. 154), morar na cidade, dentro deste contexto, “é essencialmente uma atitude de força, de violência. A proliferação de favelas revelou a resistência da cidade em absorver os trabalhadores e a determinação destes em se instalar.”

Nos anos que seguiram, diante do rumo que as cidades vão traçando por volta das décadas de 1990, como cita Coutinho (2003), opta-se pela liberalidade do

mercado como mecanismo de coordenação, pois surge um ideal na capacidade do capital privado estruturar e dar sustentação a um novo processo de desenvolvimento. Isso na visão da “elite do país”. “Essa foi a crença [...] vendida à sociedade brasileira. Foi vitoriosa politicamente e, concretamente, entregou o comando do Estado brasileiro às forças que abraçavam a tese liberal” (COUTINHO, 2003, p. 40).

Os desenhos urbanos se materializaram de tal forma, que nos fins do século XX, em uma configuração que corresponde, de acordo com Mattos (2004), à lógica estritamente capitalista - uma vez que a mais-valia comandava o processo da reprodução urbana, se afirmando como um critério urbanístico. Esses fatores expressam concretamente a segregação espacial na configuração atual do país, onde de forma escancarada desenham-se imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada.

Pensar em tais práticas que ocorreram ao longo dos anos auxilia no processo de estruturação intraurbana, já que tal fato contribui na compreensão da atualidade, em uma tentativa de estabelecer novos rumos, que vão contra as concentrações de pobreza. Como lembram Schwarz e Arantes, inspirados em Brecht, “a exceção é a regra e a regra é exceção” numa sociedade onde a maioria não alcança a condição de cidadania (SCHWARZ, 1990 e ARANTES, 1992). Isso acarreta enormes desafios a serem alcançados, e são pontuados em consequente nas reflexões entre as relações com os processos de regionalização do território.

1.2 Regionalização no Campo das Vertentes

Na compreensão da formação espacial da mesorregião do Campo das Vertentes e da importância da constituição dos seus pertencentes municípios, relevante ressaltar as construções e discussões acerca do território e seus impactos decorrentes do tempo e da ação humana. Nesse ponto, no vetor catalisador dos desenvolvimentos urbanos em sua cronologia, nota-se a força econômica por muito sendo pilar de estruturação das cidades, colocando em pauta análises sobre região e lugar, nas mais diferentes regionalizações propostas para o Estado de Minas Gerais. Santos (1997) afirma que nos mais diversos níveis de contrastes, o estudo sobre região significa aprofundar-se num mar de conexões, organizações,

UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

estruturas, formas e funções, entre tantos outros fatores. Ainda segundo o autor, é a partir da universalidade do fenômeno das localidades que é possível alcançar as realidades regionais.

A construção do conceito de região tem um caráter polissêmico, ressaltada nas mais diversas situações da existência humana, das áreas do conhecimento e das mais complexas percepções dos sentidos em seus amplos significados. No tocante que caracteriza as microrregiões, isso implica por exemplo, num fator de natureza identitária de espaços homogêneos e polarizados, entre fluxos e relações espaciais de produção e consumo, no retrato da formação socioespacial e de desenvolvimento socioeconômico (DINIZ e BATELLA, 2005).

Analogamente a esse pensamento, Brandão (2007) destaca que a polarização acarreta hierarquias, marcadas pela combinação entre naturezas desiguais e processos de desenvolvimento. Constitui-se assim, campos de forças desigualmente distribuídos no espaço que geram polaridades, tal qual centralidades e estruturações de dominação galgadas no desequilíbrio. O autor reforça ainda que o capitalismo (re)desenha “novas geografias” espaciais ocasionando em novas escalas e pontos modais, reconstituindo as forças da polarização, da heterogeneidade e de dominação regional. Como estabelece Santos (1997), deste modo, importante salientar um olhar de debate conceitual que ocorre na geografia sobre “região”, na perspectiva dos diferentes panoramas de teoria que dão suporte ao pensamento geográfico e, acima de tudo, compreendem o uso do espaço regional como prática de resistência e poder em um mundo globalizado.

Tais discussões dão palco à tamanha diversidade e extensão do Estado de Minas Gerais, estado com o maior número de municípios do país, com realidades divergentes, no que concerne ao tamanho, população, caracterização, atividades econômicas, realidades sociais etc. Apresenta um desenvolvimento regional socioeconômico heterogêneo, onde as diferenças entre as regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas são acentuadas, no que diz respeito a acesso à educação, renda, saneamento básico, entre outros serviços. Essas compreensões, diante das contextualizações do século XXI, possibilitam discussões que norteiam o próximo tópico, em uma visão de todo esse reflexo materializado na forma do

espaço urbano, e sobre como tais políticas impactaram nas realidades de parte da

população, agentes protagonistas desse espaço que não alcançam tal direito de cidadania.

1.3 A formação do espaço urbano e suas políticas: reflexões das desigualdades

Definir o que é uma cidade é uma tarefa altamente complexa, perante a multiplicidade de espaços passíveis de serem designados e que se encontram inseridos em um mesmo limite territorial urbano. Como clarifica Villaça (2001), a estruturação territorial não se articula somente em si, mas também abraça o âmbito ideológico, político e econômico, em uma organização entre bases e superestrutura - é importante ressaltar como mudanças em elementos dessa estrutura impactam diretamente em pontos conseguintes. O autor argumenta, ainda, em um caso de efeito entre espaço sobre sociedade, que a segregação estabelecida é reproduzida por muito pelas classes dominantes, e por elas exercido controle acerca do espaço urbano.

Levantando outro ponto sobre tal discussão, um dos pioneiros da articulação do pensamento entre tempo/espaço, Lefebvre (1991), ressalta significâncias dos termos urbano e urbanização que vão além dos limites das cidades. Para o autor, a urbanização seria uma combinação dos processos sociais e espaciais, que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção. E a própria sobrevivência desse sistema de capital, estaria baseada na criação de um espaço social de crescimento amplo, instrumental e mistificado. Neste sentido, é possível afirmar que “o capitalismo tendeu a desmantelar toda a estrutura da vida urbana e a colocá-la em uma nova base impessoal: o dinheiro e o lucro” (MUMFORD, 2004, p. 451).

É de extrema relevância a partir de então, discutir sobre a urbanização compreendida como componente de integração do processo geral de estruturação da sociedade e do território. Nesse processo, vale salientar que as desigualdades sociais, geográficas, econômicas etc. associadas à mobilidade espacial e setorial do trabalho contribuem como elemento transfigurador desse espaço e são dependentes das necessidades de relações simbióticas sociais e do desenvolvimento do meio

técnico-científico. Como cita Lojkin (1981) acaba por ser resultante de uma expressão espacial de duas escalas: a cidade, na escala dos lugares; e a rede urbana - enquanto manifestação espacial da cooperação entre lugares - na escala territorial. Analisando a situação específica encontrada, quando compreendidos os processos de formação e transformação dos territórios, nota-se nas etapas do desenvolvimento urbano as atividades humanas que implicam nas reverberações materializadas da relação espaço/ser. O país possui um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade, e a não inclusão é uma condição estrutural que tem marcado gerações após gerações.

A partir de tal situação, estipula-se uma sociedade, como nas colocações de Kowarick (1999), extremamente marginalizada no tocante social e econômico, que tem constituído cada vez mais massas de trabalhadores autônomos ou assalariados com rendimentos ínfimos¹ que os levam a uma vida precária e sem proteção social, considerados potencialmente perigosos. Tais fatores decorrem no meio rural, ilustrado pelos grandes latifundiários, como consequência do interesse centralizado na riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais. E no urbano, pela especulação imobiliária. Rolnik (2006) elucida os fatos ao relacionar abordagens acerca dessa especulação imobiliária, afirmando que ela não existiria com essa força se a qualidade urbana fosse mais distribuída pela cidade. Nessa lógica, quanto maior o preço da terra, menor a capacidade de o poder público intervir como agente no mercado. Essas realidades têm raízes nas formações econômicas e sócio-históricas da sociedade brasileira e perpetuam até os dias atuais no abrigo das cidades.

No ambiente habitado do vai e vem urbano a temática da pobreza é objeto de solicitude no campo teórico-conceitual e de intervenção social, verificando-se explicações sobre a emergência e persistência nesses locais de lutas pelo direito ao espaço. Diante dessas abordagens, há uma busca às indagações acerca da pobreza nas determinações estruturais, que constituem o campo mais fértil para sua explicação, analogamente na consideração de Silva (2002, p.79), em que “categorias como classes sociais, exército industrial de reserva, lumpemproletariado², exploração e desigualdade” são proficientes para explicar a questão da pobreza na contemporaneidade. Maricato (1995) reforça que a exclusão

UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

social não é passível de mensuração, mas pode ser “caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania.”

O que se busca levar como entendimento de tais reflexões, que alicerçam os próximos tópicos da leitura, é a inteligência sobre o sistema de produção capitalista, que em várias condicionantes tem responsabilidade pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza à muitas dimensões. Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradoras de intervenção nas situações de pobreza, uma vez que partindo dele possa ter o foco em ações que possibilitem sua redução, superação ou regulação. Para alcançar tais condições, é preciso levantar pontos acerca da relação entre a rua e sociedade, além da contextualização de exclusão e segregação social, que serão abordados a seguir.

1.4 A rua e a sociedade

Atualmente quando a temática da rua é colocada em pauta, um leque de acepções é levantado, sendo ela objeto que pode designar diversos espaços, práticas urbanísticas e acontecimentos, significando também a amálgama entre a esfera espacial e social. Intrinsecamente se relaciona com as contradições que permeiam o local público, pois a rua é um espaço público por excelência. Portanto, é passível do entendimento que seu sentido está diretamente relacionado, entre outros fatores, ao vínculo do ser no seu objetivo e ação, tal como seus meios de locomoção. Okamoto (2002) em seus estudos acerca dessa percepção do espaço, a define como o movimento ativo no qual o indivíduo está por inteiro envolvido: percebendo o ambiente, o indivíduo o constrói e nesta concepção descortina a si mesmo. Na visão de Del Rio (1999), cada imagem e ideia ao que diz respeito do ambiente se concebe de experiências pessoais, da imaginação, de aprendizagens e memórias. Os locais de vivência e até mesmo os de trabalho contribuem com esses quadros da natureza, de tudo o que o ser constrói e dele próprio.

UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

Importante ressaltar o fato de a rua vir adquirindo significados e marcas durante o tempo, onde no século XVIII denota ser local de passeio, na qual coabitam uma diversidade social complexa, marcada por comportamentos de exibição, de flerte e de vadiagem, aparecendo entre aqui e ali alguns conflitos. Como cita Orlandi (2001), a partir desse período a ordem pública passa por um desgaste, passando a ser vista como moralmente inferior, até o espaço da rua transfigurar-se proximamente, sob uma perspectiva, de um local sem sociabilidade, do trânsito e rápida circulação; e de outra, o espaço da representação de uma classe “inferior”, com todos os sentidos figurados e pejorativos que daí originam. Ainda segundo o autor, em uma analogia ao fato, a rua é percebida como uma dimensão tangível da espacialidade das relações em sociedade e, mais que isso, é nela que se tornam perceptíveis as formas de apropriação, onde manifestam-se as diferenças e contrastes que envolvem o cotidiano. Assim, as ruas se revelam como elemento importante de análise da sociedade.

Em outro momento, no período do fim do século XIX, a rua começa a ser nomeada como espaço público, em oposição ao local privado (casa). Ao ganhar sentido de público, o corpo social passa a ser associado ao espaço urbano. Sendo concernente ao urbanismo, a rua se introduz como lugar de “comércio”, ampliando ainda mais as relações cotidianas. Sobre esse aspecto, Jacobs (2014) teoriza que a existência das cidades se constitui a partir de seu uso cotidiano, fomentado por meio da articulação da diversidade urbana nas escalas da localidade, da vizinhança de rua e do distrito. Aponta, ainda, que uma das singularidades das grandes cidades está na necessidade que elas têm de uma multiplicidade de usos mais profunda e concreta.

No dia a dia são reveladas as diversas atividades concretizadas sobre um território, as quais potencializam as diferentes práticas sociais e suas respectivas sociabilidades através dos tempos. Segundo Heller (1972), é a vida do ser em sua totalidade, parte pertencente à existência de todo e qualquer indivíduo. Não se pode desassociar o cotidiano da história da sociedade, pois os fatos históricos nascem dele e remetem à ideia de recorrência; não obstante, esse espaço não é só de repetição, mas também de formação de sentidos. Nas colocações da autora, essa

esfera do ser social, se apresenta como apropriação do indivíduo nas mais diversas

linguagens, na escala de objetos e instrumentos culturais, bem como dos usos e costumes de sua sociedade. A partir dessas teorias é possível vislumbrar as relações entre ambiente, exclusão e segregação social, tendo em vista que é na rua que as pessoas vivem grande parte de suas relações, emoções e sensações.

Em uma analogia, são nas situações de extrema fragilidade da rua que se torna necessário uma estruturação, a diversidade e a qualidade de vida urbana, em um conjunto atuante de políticas públicas diversas e intersetoriais, que ponderam a questão do habitar, entre outros tantos fatores, como um “conjunto de aspectos físicos, socioambientais e econômicos que contribuem para uma qualidade de vida urbana digna, que inclui questões da moradia, do ambiente construído e da estrutura urbana” (LABHAB, 2003, p21). São nessas relações que se intenta analisar as trocas culturais nas configurações de rua na narrativa urbana brasileira. Por isso mesmo, além dos conceitos de passagens e de rua, busca-se como concepções mediadoras, aquelas entre o espaço público no seu amplo multiculturalismo, associados à questão da pobreza e/ ou da exclusão social, tal como fatores como memória, habitar e direito às cidades.

1.5 Sociabilidade e o espaço habitado

A memória social difere-se nitidamente das demais por sua caracterização de construções sociais em constante mudanças, no mesmo ponto em que resiste e busca perpetuar algo do passado no presente (COSTA, 2008). Segundo o próprio autor e Halbwachs (2006), a memória humana não é uma reprodução das experimentações de períodos do passado e sim uma concepção apoiada nelas de fato, mas em razão de realidades presentes e com suporte nas bases de instrumentos proporcionados pela sociedade e pela cultura sendo, em suas demonstrações mais pessoais, dependentes da interação e do diálogo social. Assim, memórias consistem em construções de experiências passadas, a partir do momento presente, de tal forma que vivenciadas dentro dos diferentes contextos nos quais as pessoas se inserem. Essa relação espaço-tempo abraça novamente o

tocante da vida cotidiana, que revelam as atividades exercidas sobre o território e o desenvolver das diferentes práticas e interações sociais.

No âmago dessa reflexão entre lugares, o ser e suas memórias nas cidades despontam como aquelas que traduzem nas vivências o inesgotável existir humano, em um espaço no qual corpo e objeto se situam e interagem. A cidade pode ser considerada então um espaço configurado por casas. É o que afirma Rodrigo Gonçalves dos Santos, em suas discussões em “Perceber o (In)visível”.

“Assumo, então, que a cidade é um espaço externo onde a movimentação das casas e suas dinâmicas construtivas e seus habitares moldam sua composição. A casa é outro espaço, desta vez interno, onde o sujeito relaciona-se consigo mesmo na intimidade do seu modo de habitar. Trago de Gaston Bachelard (1993) a ideia de que na nossa existência, a casa afasta contingências e que sem ela seríamos seres dispersos. A casa nos mantém através das tempestades do céu e da vida. A casa é corpo e é alma, sendo o primeiro mundo do ser humano. Antes de sermos “jogados no mundo” somos colocados no berço da casa. A vida começa protegida e agasalhada no regaço da casa. Logo, o corpo é a casa da memória. Existe um corpo-casa que configura uma cidade invisível a qual, por sua vez, revela um desenho de uma existência humana. Cabe a nós deixar que estas cidades de corpos-casas se deixem enunciar para conseguirmos enunciarmos nossa própria existência.” (SANTOS, 2012, p.13)

Se torna notável como essa menção traz à tona um olhar mais aguçado para as questões trabalhadas neste portfólio, procurando ver além delas mesmas, em uma relação intrínseca do (in)visível em uma trajetória evidenciada entre o corpo que desenha o espaço e o entendimento de sua própria percepção acerca daquilo que se revela no mundo. Nesse sentido, Da Matta (1991) faz alusões sobre a distinção entre o espaço da casa e da rua no Brasil, com o objetivo de demonstrar que nestes locais o indivíduo tem comportamentos, atitudes, posturas, percepções e representações diferentes. Para ele, a casa (espaço privado) e a rua (espaço público) são entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e diferentes e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

Elucidando sua visão sobre a questão, Martucci (1990) difere os termos casa, moradia e habitação, afirmando ser a casa o ente físico, do qual se apropria o ocupante, dando a ela o sentido de moradia, de acordo com os hábitos de uso. Esse processo ocorre associado à inserção urbana, constituído pelo atendimento da

infraestrutura instalada e dos serviços urbanos, ampliando-se ao conceito de habitação. Habitar, portanto, representa o sentido mais amplo da ocupação do território urbano pelo cidadão, sendo relevante pontuar que nesse contexto é possível considerar que o conceito de habitação não se estende de modo democrático a todo ser, colocando em argumentação o direito à cidade.

O direito à cidade é, antes de tudo, uma compreensão global do processo urbano de formação e crescimento que, enquanto um direito metaindividual, sublocado à terceira dimensão dos direitos, e com proteção constitucional, se baseia essencialmente, no direito que os cidadãos têm a uma cidade salubre, a um ambiente harmônico e em equilíbrio com local, que proporcione dignidade à pessoa. Tais metas tem muito o que alcançar ainda, como menciona Santos (1978), visto que se vivencia uma mundialização que é perversa e que possui fatores como a concentração da economia e do poder se moldando sobre a cultura de massas, onde a informação e decisões atuam em um centro agravante, formando uma base entre territórios e classes sociais, de caráter opressor e desagregador do indivíduo.

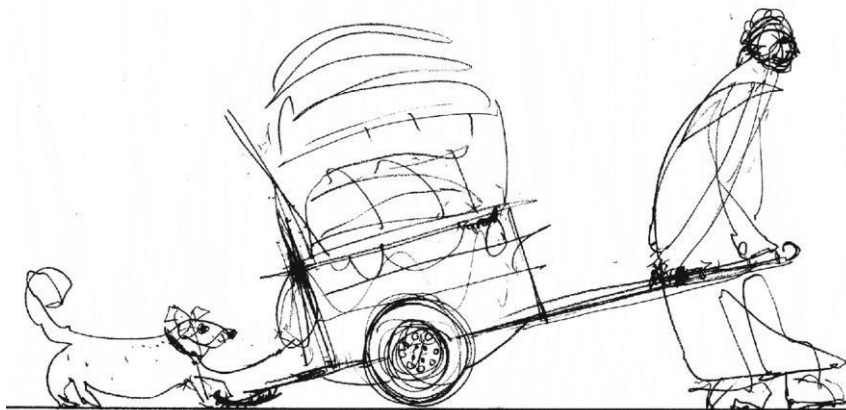
CAPÍTULO II – ESTUDOS DE CASO

O capítulo que se desdobra trata de análises acerca de edificações e reflexões que servem como base à elaboração do portfólio e norteadores projetuais, de modo que busca, através desses estudos, uma compreensão de forma mais concreta dos propósitos. Para tal, são analisadas questões como escolhas de decisões de projeto em seus mais amplos contextos, a níveis de implantação, suas relações com entorno, técnicas materiais e estratégias construtivas que possam dar tom ao que vem sendo estruturado neste trabalho. Assim, o capítulo se molda em torno de três estudos encontrados, considerados pertinentes de modo a auxiliar no encaminhamento de uma proposta projetual ao final deste portfólio.

2.1 Estudo de caso Projeto Oficina Boracea

A escolha do Projeto Oficina Boracea como referência de trabalho decorre do fato de que tal proposta foge dos conceitos e padrões que geralmente são apresentados quando surge a ideia de construções voltadas à população em situação de rua. Como elucida Quintão (2009), foi a primeira vez que um espaço de fato foi pensado de forma exclusiva e projetado para essa população, de maneira a efetivamente incluir essas pessoas na política pública da cidade. A figura 01 representa um croqui utilizado como logo do projeto, já ilustrando uma sensibilidade criativa ao se abordar o tema.

Figura 1 - Croqui representativo do Projeto oficina Boracea.



Fonte: LoebCapote arquitetura e urbanismo (2003).

O projeto surge da elaboração de um centro de referência para a população que tem a rua como habitação, na cidade de São Paulo, mais especificadamente na região da Barra Funda, que abre espaço na Rua Pieruceno Gianotti, e desponta como iniciativas da Prefeitura Municipal do Estado, na gestão da prefeita Marta Suplicy junto ao plano de metas do Programa Acolher – Reconstruindo Vidas, da Secretaria Social da Prefeitura de São Paulo.

Tendo seu início em maio de 2002, foi inaugurado no mês de junho do ano seguinte, em um conjunto de serviços e abrigos voltados para a acolhida e convívio social, possibilitando a reconstrução dos vínculos familiares, societários e fortalecimento da autoestima. Além da busca da autonomia através da inserção no mercado de trabalho e acesso às políticas públicas, que são direitos garantidos por lei para todos os cidadãos. Importante ressaltar, como mencionam Cunill-Grau, 2014; Lotta e Vaz, 2015; Silva e Calmon, 2017, que as políticas que se atentam a essa parcela populacional se fundamentam também de especificidades, um tanto próprias a essa população, no que diz respeito à complexidade de objetivos institucionais provenientes dessa rede de atenção. A imagem 1, a seguir, ilustra a localização do projeto abraçando ao longo de sua área de 90.000 m² de terreno e 17.000 m² de área construída.

Imagem 1 - Vista aérea da localização do terreno.



Fonte: LoebCapote arquitetura e urbanismo (2003).

A Oficina Boracea quando implantada, apesar das adversidades iniciais, significou um passo além do que havia sido iniciado nas gestões governamentais antecedentes, por seu caráter de fator inovador, por se tratar de um incentivo e de uma perspectiva de norteamento para fora da situação da rua. O sentido de lugar, aplicado amplamente no desenho da rua, esboça de maneira perceptível a condição do espaço se definido pelos elementos adjacentes, encarado de forma positiva, à "figura", em oposição à superfície do conjunto comum da arquitetura que o abraça (MOUGHTIN, 1992). A rua não é uma fronteira construída, mas um espaço contido no qual os seus componentes se associam, formando séries de enquadramentos como em uma pintura. A imagem 2 representa uma perspectiva da entrada da construção, podendo evidenciar essa relação entre rua, espaço construído e o sentido de lugar, como pode ser observado a seguir.

Imagem 2 - Fachada principal do edifício.



Fonte: LoebCapote arquitetura e urbanismo (2003).

A idealização do projeto Oficina Boracea, assim como o ponto de partida à sua construção, surgiu com o acompanhamento de uma equipe interdisciplinar que contava com o arquiteto Roberto Loeb, além de um grupo de alunos e arquitetos da FAU/USP e profissionais das mais diferentes áreas, como por exemplo, assistentes sociais, de saúde, representantes das diferentes secretarias da Prefeitura e da comunidade local na concepção desse complexo programa, utilizado como base do projeto arquitetônico, em torno de várias reuniões para discutir e formatar um novo

conceito pra esse espaço. A imagem 3, a seguir, demonstra esse ideal estruturado no seu entorno imediato, tomando à visão em como a relação do edifício se mistura com a comunidade que o ajuda a compor a cidade.

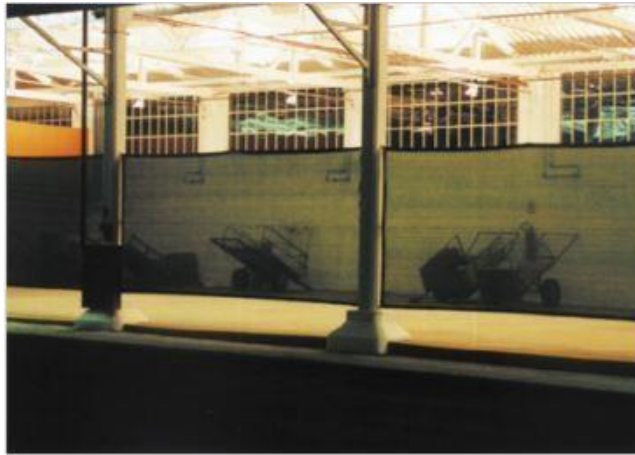
Imagem 3 - Entorno imediato a Oficina Boracea.



Fonte: LoebCapote arquitetura e urbanismo (2003).

Vale pontuar que, como clarifica Montes (1994), ao chamar a atenção ao ordenamento de novos vínculos que podem ser estipulados a partir de uma nova perspectiva de realidade criada, ressalta-se também possibilidades de uma autoafirmação identitária. Nesse sentido, o projeto desponta com sua preocupação de pensar em cada detalhe necessário para readequar o cotidiano de pessoas em situação de rua, tomando como foco nos seus propósitos iniciais. Em um primeiro momento, importante ressaltar o espaço disponibilizado de um núcleo voltado ao atendimento aos catadores com guarda de carroças, atendimento a animais de estimação e local para coleta seletiva, tal como oferecido suporte de orientação quanto manuseio e comercialização desses próprios materiais recicláveis. A imagem 4 apresenta o ambiente inicial de permanência dessas carroças.

Imagem 4 - Espaço interno destinado as carroças.



Fonte: LoebCapote arquitetura e urbanismo (2003).

Nesse ponto, como cita Singer (2000) atenta-se um olhar ao movimento cooperativista, oriundo da perspectiva da Economia Solidária que traz características voltadas a modos de produção alternativos e de distribuição econômica, que possam ser criados e recriados pelas pessoas que se encontram marginalizadas nos processos de trabalho. Seguindo esse viés a Boracea levanta o sentido dos projetos de formação profissional, nas áreas de horta e jardinagem, como mostrado na imagem 5, costura, construção civil, por exemplo. Este movimento, em torno de alternativas que façam frente à marginalização provocada pelo capital, torna possível a inclusão social, política e econômica de sujeitos que, por não estarem incluídos no cenário do trabalho, são tidos sob um olhar por inúteis socialmente (Castel, 2004).

Imagem 5 - Horta presente na Oficina.



Fonte: LoebCapote arquitetura e urbanismo (2003).

Da mesma forma, no objetivo de capacitar essa população no desenvolvimento nas artes e um modo de resgate a autoestima e construção de autonomia, tal como incentivo e preparação no estímulo à cidadania, vários trabalhos artesanais surgiram na Oficina. O trabalho conjunto desenvolvido ensinava a elaboração de peças decorativas e utilitárias (cestos, painéis, mandalas etc.) como exemplifica a imagem 6.

Imagem 6 - Artesanato produzido nas oficinas de artes.



Fonte: Adaptado de Oficina de Artes Boracea (2012).

A necessidade de se expressar reforça os vínculos e relações afetivas e como menciona Fischer (1987) a arte nunca foi uma produção de origem individual, mas sim, coletiva, se originando de uma necessidade coletiva. O ser humano se utiliza da arte para dialogar com o meio em que vive, portanto ela somente tem sentido quando sua representação for uma representação social. Esses momentos de trabalhos promovidos pela Oficina se mesclam com o conceito de serviço aberto no local, materializado na livre circulação nos espaços como demonstra a imagem 7 de um ambiente proposto do uso coletivo.

Imagem 7- Pátio interno de uso comum.



Fonte: LoebCapote arquitetura e urbanismo (2003).

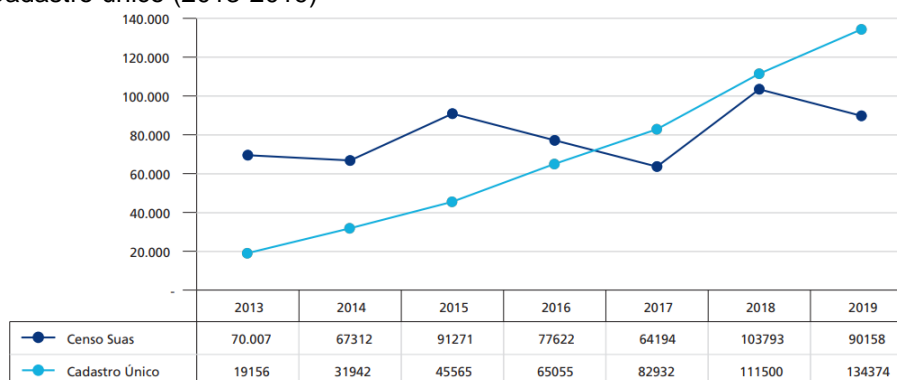
Vale ressaltar que a presença desses espaços surgiu da contramão da percepção de ver alguns albergues que usavam restrições impostas a entradas dos moradores, devido aos carrinhos, animais de estimação, além de horários fixos, o que acaba por causar resistência em utilizar o espaço por essa população.

- 2.2 Estudo de caso Albergue da Boa Vontade
- 2.3 Estudo de caso Stepping Stones

CAPÍTULO III – PROBLEMÁTICA

Ao longo da construção do portfólio, como analisado na historicidade que confere os reflexos das desigualdades, o crescimento da população em situação de rua continua como uma condição dos tempos que reverbera na urbe, e desponta uma extrema ponte de discussão frente às composições das cidades contemporâneas, em uma luta pela garantia de direitos ao “acesso à cidade” e inclusão social, marcada por uma trajetória de reconhecimento no território. A respeito do que concerne esse acesso, em sua multiplicidade de características, o IPEA (2015) enuncia ao alcance de tal oportunidade, os direitos à moradia, a equipamentos públicos, transporte, lazer, segurança etc. O gráfico a seguir apresenta a evolução no número de pessoas em situação de rua, a nível nacional, registradas no Cadastro Único e contabilizadas oficialmente pelos municípios ao governo federal.

Gráfico 1 - População em situação de rua informada no Censo Suas e cadastrada no Cadastro único (2013-2019)



Fonte: Censo Suas e Cadastro Único.

Importante ressaltar o aumento dos números ao longo dos anos, sendo facilmente observado nos dados cadastrados em uma trajetória de ascendente constante que, desde 2017 se apresenta superior ao número de informados. Tal fato acaba por reproduzir a invisibilidade social da população em situação de rua no âmbito das políticas públicas, e como menciona (Schuch, 2015) tornando-se um trabalho árduo incluir adequadamente esse segmento nos “cenários de atenção pública”. O país realiza essa contagem por meio do Censo para esses

levantamentos, mas acaba por se tornar um fator não oficial pela abrangência e proporção que foi tomado pelo tema, agravadas nesse tempo de pandemia.

A pandemia do coronavírus tem mobilizado reações por meio de políticas sociais, econômicas e de toda a espécie de organização da sociedade, em um reflexo desse cenário sem precedentes da pobreza, vulnerabilidade e miséria. Em uma sociedade severamente marcada pela desigualdade, como é o caso do Brasil, esta questão atinge proporções alarmantes.

Salienta-se, ainda, que as situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social ressaltam as carências e necessidades presentes no espaço, visto que, a partir desse reflexo, a vulnerabilidade exterioriza de forma heterogênea nas porções do território suas mais diversas intensidades. Como em um ciclo, a pobreza agrava os índices de vulnerabilidade social no mesmo ponto em que afeta as pessoas de forma decorrente das condições locais, e toma de volta o território, refletindo nos números cada vez mais alarmantes. O ser, nesse contexto, é afetado de maneira diferente a partir de cada região e das condições sociodemográficas. Entender esse elemento como tocante primordial de análises é fator essencial no conhecimento que rege a história do país, em uma linha de pensamento das dinâmicas e características do urbano e dos grupos sociais que dele fazem parte. Como elucida Iná Elias de Castro, nessa intrínseca relação entre território e seus impactos no tempo, entre indivíduo e o exercício da cidadania:

“O espaço brasileiro é marcado por fortes disparidades: de povoamento, de atividades produtivas, de distribuição de renda, de educação, de equipamentos sociais etc., [...] existe também em relação à disponibilidade de equipamentos sociais à disposição da sociedade e em relação às características dos espaços políticos que reúnem as condições essenciais para que a cidadania seja exercida” (CASTRO, 2003, p. 9).

Por conseguinte, como notado nas colocações na decorrência da história, a consolidação das cidades estrutura em seus diversos âmbitos de forma que “[...] Mais do que a cidade colonial ou imperial, a cidade sob a República, expulsa e segrega” (MARICATO, 1995, p.18). A segregação pode ser compreendida como uma fragmentação dos grupos sociais no espaço, que gera proporcional homogeneidade social interna e heterogeneidade quando pontuados esses grupos em sua relação com seu entorno (BICHIR, 2009). Ou seja, essa associação diz

UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

respeito a um espaço territorial, que é separado de modo físico da cidade a qual é pertencente e resulta em uma população que acaba por ser considerada homogênea sobre algumas perspectivas (RODRIGUES, 2008), fatores esses que podem ser cada vez mais percebidos ao redor de cada transeunte que pisa às ruas.

Nesse plano de visão mais voltado ao micro, desponta como questão a ser abordada nesse momento o Estado de Minas Gerais, um vetor de influência na dinâmica econômica e socioespacial nas relações das cidades, que se moldou sobre os resultados diretos da modernização. Essa interação, que veio reforçando mais e mais os sistemas de transporte e adensamento populacional, traz como bagagem em sua cronologia o impacto direto ao aumento da circulação de pessoas, produtos, serviços e capitais em todas as regiões do estado. A distribuição destes fixos e fluxos aconteceu e vem se repetindo de forma desigual pelo tempo e espaço. E reflete em dados dos quais, como menciona os estudos de Natalino (2020) onde cerca de 56,2% da população em situação de rua estaria concentrada na região Sudeste. A tabela 01 demonstra os resultados desagregados por Grande Região a partir de setembro de 2012. Nota-se a manutenção da predominância do Sudeste, que congrega mais de metade dessa população – 124.698 pessoas em março de 2020.

Tabela 1 - População em situação de rua, por região (set./2012-mar./2020).

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
Set./2012	3.218	16.450	47.753	16.286	8.808	92.515
Mar./2013	3.280	16.972	50.779	16.632	8.896	96.560
Set./2013	3.300	17.152	50.374	16.215	8.892	95.933
Mar./2014	3.573	17.755	56.640	17.645	9.657	105.270
Set./2014	3.739	17.852	58.324	18.072	10.043	108.029
Mar./2015	3.999	22.742	63.777	19.381	10.676	120.575
Set./2015	4.178	26.767	64.049	19.708	10.929	125.631
Mar./2016	4.515	27.803	73.153	21.619	10.760	137.849
Set./2016	4.729	27.592	75.240	22.294	9.865	139.720
Mar./2017	5.447	27.262	86.694	26.018	11.477	156.898
Set./2017	5.901	25.917	91.652	28.574	12.285	164.329
Mar./2018	7.406	29.164	100.119	32.267	14.064	183.020
Set./2018	8.247	30.490	99.473	33.684	14.586	186.480
Mar./2019	8.299	34.014	111.577	33.699	15.041	202.631
Set./2019	7.706	35.396	117.248	31.763	14.577	206.691
Mar./2020	9.626	38.237	124.698	33.591	15.718	221.869

Fonte: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

UNILAVRAS

Centro Universitário de Lavras

www.unilavras.edu.br

A partir dessas pesquisas pode-se observar, em um tocante mais próximo de um município mineiro específico, que atua como palco dessa discussão. Abrindo margem aos questionamentos entre ambiente e ser, desponta um olhar no âmbito presente da cidade de Lavras. O município está localizado na porção Sul do Estado de Minas Gerais e se encontra distante em 240 km da Cidade de Belo Horizonte, capital administrativa do Estado. Importante ressaltar que Lavras ilustra bem a disputa pela cidade, sendo marcada por um crescimento notável a partir da década de 1970 e que, segundo estimativas do IBGE (2018), pode ser considerada uma cidade de porte médio. Esse órgão apresenta também análises das médias dos indicativos da evolução anual da população da cidade, baseados na série censitária de 2014 para o período de 1991 a 2035. Foram feitas estimativas de população segundo o tamanho e composição para diversas datas do passado, presente ou futuro, exemplificando entre os modelos existentes, como apresenta Von Sperling (2005) nos principais métodos utilizados para essas projeções populacionais. A tabela 02 exemplifica uma parcela desses dados.

Tabela 2 - Crescimento populacional para Lavras por diferentes metodologias.

POPULAÇÃO (HAB)						
ANO	Censo IBGE	Aritmético	Geométrico	Linear	Exponencial	Potencial
1991	65.893	65.893	65.893	65.617	66.516	73.738
1996	72.659	73.229	72.142	72.754	72.644	80.564
2000	78.772	79.098	77.566	78.465	77.950	86.463
2007	87.421	89.369	88.057	88.458	88.186	97.813
2010	92.200	93.770	92.977	92.740	92.974	103.108
2013	98.172	98.172	98.172	97.023	98.023	108.682
2021		109.910	113.488	108.444	112.866	125.016
2030		123.115	133.593	121.292	132.267	146.246
2035		130.451	146.264	128.430	144.452	159.513
ERM (%)		1	0	0	0	11

Fonte: Adaptado de UFLA (2016).

Expressar esses dados matemáticos relacionados às determinações dos parâmetros de algumas equações de projeção populacional só fazem sentido se embasados em sua correlação com informações que caminham paralelamente, na maioria das vezes não quantificáveis, como aspectos sociais, econômicos, geográficos e históricos como afirma Brasil (2008). A partir de então, quando analisados os números, surge o ponto de impacto da população que também habita o espaço e tem seu existir por muito ignorado, em uma situação esmagadora diante o cenário de crescimento da cidade. Essas taxas da crescente curva populacional em Lavras, marcante em maiores índices quanto aos municípios do entorno, por muito se devem ao fato da infraestrutura atualmente existente, nas áreas do comércio, indústria, instituição financeira, saúde e educação. O município vem experimentando um aumento seja da taxa de natalidade, da expectativa de vida, tal como da migração da população do entorno e de outras regiões do Estado de Minas Gerais e do Brasil, e ressalta novamente a questão problematizadora do acesso a cidade e da cidadania.

Tendo em vista esses fatores, no tocante em que se busca justificativas para a área de estudo em uma contramão das práticas segregadoras, o município dispõe também de uma série de alternativas e pessoas que lutam e reivindicam um olhar junto a população vulnerável, seja por ações de ONG's locais ou iniciativas dos grupos que atuam na cidade diretamente ligados às políticas públicas, que debatem e buscam melhorias para as condições de vida dessa população, em contato direto com os CRAS presentes na cidade. Segundo as normas do Ministério de Minas e Energia (MME, 2007), em uma metodologia adotada para descrição da organização socioambiental do município, ressalta que modos de vida compreendem as formas pelas quais os seres humanos se organizam para garantir sua sobrevivência física, social, política, cultural e emocional. E cabe ao Estado oferecer subsídios para que essas condições sejam efetivas.

Relevante à questão dá-se o tom em que ressalta essa condição do viver em sua mais ampla diversidade, nos modos pelos quais os habitantes ocupam o território e produzem representações sociais em suas áreas da vida. Seja a partir da apropriação dos recursos naturais disponíveis ou as relações entre si nesse processo, produzindo as representações sociais que pintam o pano de fundo das

idades. A partir disso, há uma busca não só de caracterizá-los, mas de ir além, em busca de uma compreensão das formas mencionadas em suas manifestações. É aprender o que há de mais relevante na organização de um grupo social, e apreender o que lhe confere identidade, o que situa no tempo e no espaço.

Como enfatiza Santos (2005) é no lugar que a identidade vai se apropriando nas dimensões simbólicas e materiais, em uma combinação entre matrizes globais, nacionais, regionais e locais. A globalização expressa à fragmentação, galgada nas visões de particularismos, tanto econômicos quanto étnicos. E assim, ainda segundo o autor, o conceito de identidade está intimamente relacionado ao espaço que o sujeito ocupa no mundo, e nesse vasto globo social habitado, esse sujeito reflete sua posição e sua forma de ver o mundo. E é na rua onde essas relações transcorrem e descortinam o cenário urbano.

Em suma, nada mais relevante do que ressaltar a presença da pessoa em situação do habitar à rua no centro das discussões, tendo em vista sua enorme transformação no espaço que atinge as práticas cotidianas, redimensionando lugares, (re)significando equipamentos públicos, reinventando relações e laços sociais. Assim, surge a proposta do **abrigar**, entre afeto, apoio e acolhimento. As questões que emanam a partir de toda discussão e servem como pilar estruturador, traçam em seu foco principal da problemática:

Como a Arquitetura e o Urbanismo, importantes elementos transfiguradores do espaço, podem atuar na materialização de um Centro de abrigo e acolhimento à população em situação de rua na cidade de Lavras-MG? De que maneiras o espaço construído pode **(re) significar** essa população à sociedade, de modo a minimizar as marcas da desigualdade que atingem o ambiente, o ser, e as relações sociais? Qual o reflexo dessas ações em tempos de pandemia?

CAPÍTULO IV – DIRETRIZES PROJETUAIS

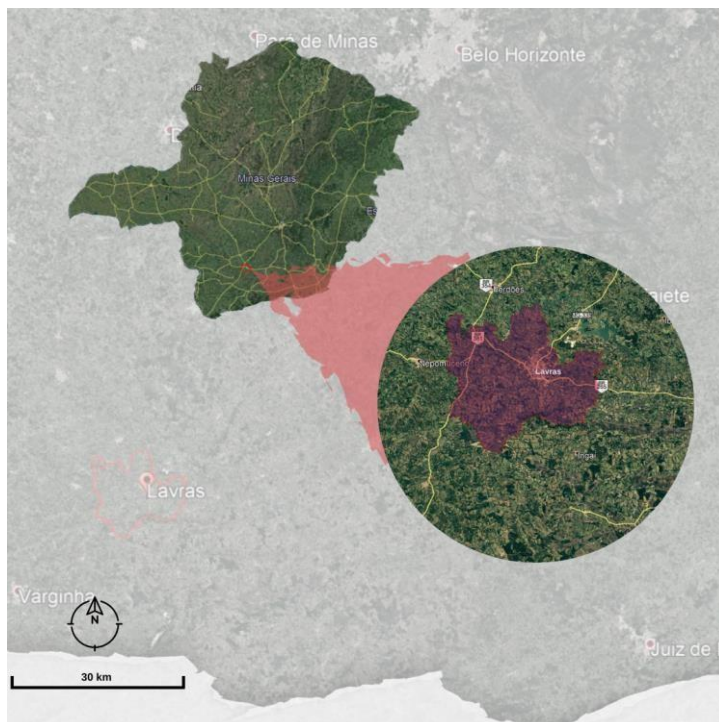
4.1 Análise e Diagnóstico

Compreender os aspectos que norteiam as realidades e vivências cotidianas, através dos estudos e análises do seu entorno é de extrema relevância nos trabalhos projetuais, visto que coloca o indivíduo em um alcance mais próximo à realidade do lugar. Essa conexão pode ser explicitada no método de análise e diagnóstico, onde através de levantamentos e estudos da área pode-se atingir pensamentos e diretrizes conceituais e projetuais que auxiliem no segmento a ser proposto. Este capítulo representa um todo desses levantamentos, a compreender a realidade territorial enquanto cunho social no município de Lavras-MG.

4.1.1 Aspectos Históricos e de evolução Urbana

Em porção de território Lavras possui área de 564,744 km² (IBGE, 2020) traçado na parte Sudeste do Estado de Minas Gerais, e situado na mesoregião do Campo das Vertentes. A cidade começou a povoar-se por volta de 1720, impulsionada pelo ciclo do ouro e pela descoberta de jazidas auríferas por bandeirantes paulistas em seu território, como cita Németh-Torres (2018). Teve sua fundação datada no século XVIII e hoje é considerada um marco para a região, atuando como referência em variados quesitos para as cidades circundantes. A imagem XX ilustra de maneira notável essa relação territorial no Estado às cidades que se encontram no entorno ao município.

Imagem XX: Localização de Lavras no Estado de Minas Gerais.



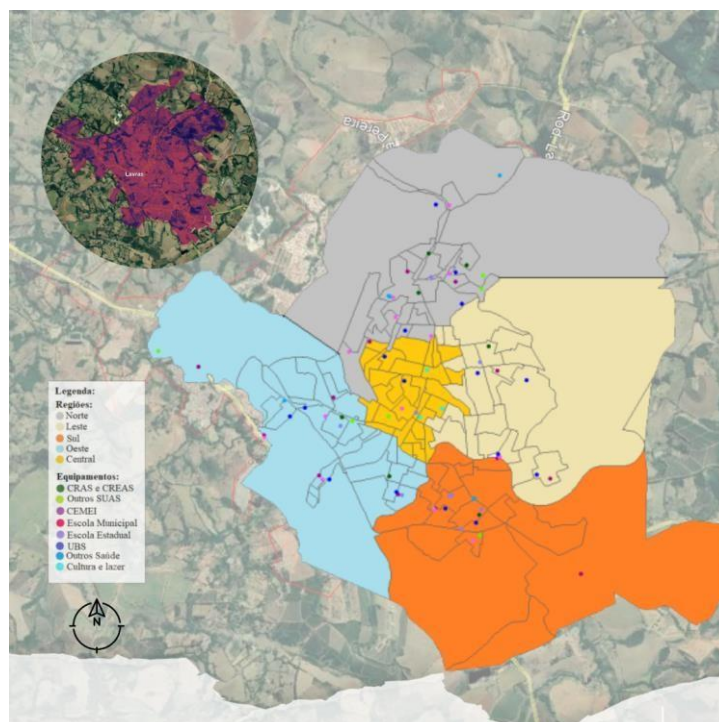
Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

Em seu crescimento urbano e populacional, possui diante esse cenário cerca de 104.783 habitantes segundo o IBGE (2020), sendo considerada uma cidade de médio porte. Como clarifica Santos (1994) e Maricato (2001), cidade de médio porte é aquela que possui entre 100 mil e 500 mil habitantes. Ainda nesse âmbito, uma parcela de 15.000 a 20.000 pessoas pode ser considerada população flutuante, entre trabalhadores não residentes, cidadãos em busca de serviços especializados - principalmente na área da saúde e comércio, bem como estudantes e funcionários da universidade, também citado pelo órgão. A população em situação de rua destaca-se por muito na paisagem como essa população flutuante da mesma forma, visto que a localização da cidade e esses fatores corroboram à uma busca por uma condição de perspectivas melhor, quando comparadas a outras realidade de outras regiões. Isso nem sempre é alcançado por essa população, que acaba por se instalar na própria cidade, tendo as ruas como local de habitar. Muitos outros fatores levam à população em tal situação a enfrentar essa condição na cidade, visto pela multiplicidade de condicionantes entre Estado e sociedade que reverberam nessas vivências.

Para se ter uma perspectiva, o total de bairros da cidade, contando com o centro e o campus universitário da Universidade Federal de Lavras é 142, incluindo as zonas rurais. O número de habitantes em cada bairro é impreciso, visto que o IBGE disponibiliza apenas a população por setor censitário, e, portanto, não há informações coerentes a esse respeito. Quanto à presença de equipamentos públicos na cidade, ela conta, na área de assistência social, com seis CRAS (Centros de Referência em Assistência Social) e um CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), além de mais sete equipamentos ligados à assistência, a saber, três unidades de acolhimento institucional dois projetos de esporte e cultura, um projeto de talentos e um centro de artes e esportes. Na área de educação conta com treze CEMEI (Centros Municipais de Educação Infantil), treze escolas municipais e nove escolas estaduais.

Na área da saúde tem-se dezesseis Unidades Básicas de Saúde e mais sete equipamentos ligados ao setor, como a unidade de pronto atendimento e ambulatórios. No tocante à cultura, por sua vez, a cidade conta com três equipamentos: uma Casa de Cultura, um complexo esportivo e uma biblioteca municipal. Esses números são fatores importantes quando busca compreender o como se dá acesso a esses serviços e equipamentos por parte da população, principalmente que se encontram em situações de vulnerabilidade. A figura XX apresenta o mapa contendo os equipamentos mencionados acima e as regiões de acordo com divisão da Prefeitura Municipal.

Imagem XX: Equipamentos públicos por região de Lavras.



Fonte: Adaptado de ABREU (2019).

O foco aqui toma o olhar à porção oeste do município, que é composto por dezenove equipamentos públicos, sendo quatro unidades básicas de saúde, cinco centros municipais de educação infantil, três escolas municipais, duas escolas estaduais, dois centros de referência em assistência social e um equipamento ligado à saúde. São bairros abarcados por essa região, o Bairro Água Limpa e Bairro Novo Água Limpa, Bairro Novo Horizonte e Bairro Cruzeiro do Sul, sendo neste último o lote localizado a ser realizado o projeto e objeto de estudo.

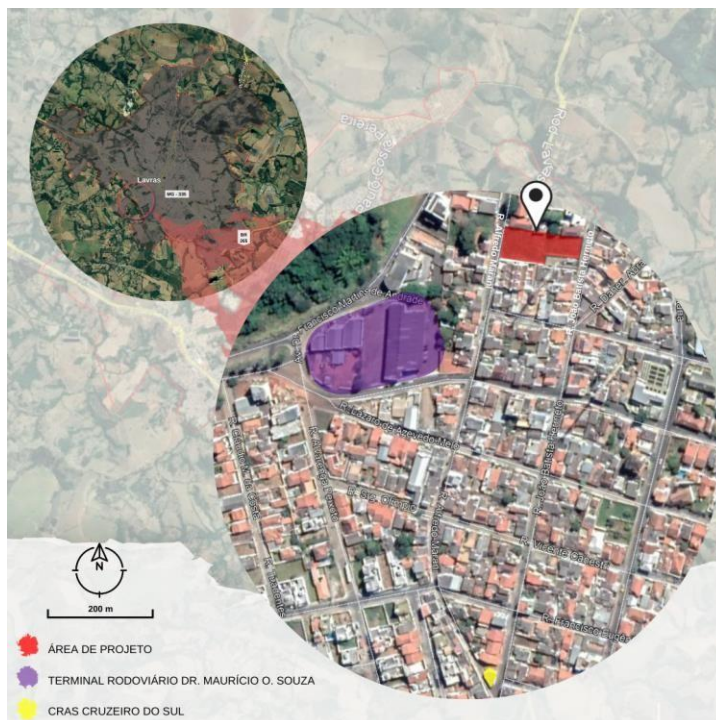
O bairro surgiu por volta de 1969 que, em seu início não contava com asfalto, nem saneamento básico, nem equipamentos públicos. O primeiro equipamento, foi um hospital (que não existe mais), em seguida uma escola e depois um posto de saúde. Importante salientar que a cidade possui vários bairros que atuam de forma presente e diversa no espaço, ou seja, os atores sociais possuem diferentes repertórios de ação coletiva para interagir com o poder público e apresentar suas demandas; desde protestos a ofícios assinados por associações de bairro (ABREU; AMÂNCIO, 2017). Desta maneira, algumas iniciativas como a associação denominada Associação de Moradores do Bairro Cruzeiro do Sul podem

ser encontradas de maneira atuante para o bem comum. Nesse viés, notamos a construção e expansão do território de Lavras e seu impacto no tempo enquanto estruturação da população e espaços na cidade, materializado num olhar específico ao lote a ser trabalhado o projeto.

4.1.2 Aspectos Funcionais

Como citado, a área do projeto está localizada na Zona Oeste da cidade de Lavras, sendo o locus em estudo mais especificadamente na área próxima ao atual Terminal Rodoviário Dr. Maurício O. Souza, usado como um dos pontos referenciais. O lote em questão, encontra-se também próximo ao CRAS presente no bairro. Abraçado pelas Ruas Alfredo Marani e João Batista Hermeto, e na sua porção de território, o lote traça na malha urbana em seus 1.910 metros². Como representado na imagem XX, o local em questão abre muitas possibilidades projetuais.

Imagem XX: Localização do lote na cidade de Lavras.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

CONCLUSÃO

Os estudos e desenvolvimento do presente trabalho possibilitaram uma proximidade a realidades diferentes no que diz respeito a histórias, memórias e vivências, no âmago do que chamamos de corpo e espaço. Poder analisar a rua e o ser em suas condicionantes de amplas relações transitórias eleva um olhar de conexão intrínseca entre questões sociais, culturais, psicológicas, econômicas, políticas, arquitetônicas e urbanísticas.

As disparidades encontradas nas formas de intervenção à temática seja quanto auxílio ou mesmo estruturas de apoio confronta ao ponto da complexidade e heterogeneidade das pessoas em situação de rua, característica que exige um olhar sensível a um programa e espaços mais flexibilizados que possam de fato atender esse público.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luana Padilha; COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 1248-1261, 2014.

BATTAUS, Danila M.; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 97, p. 81-106, 2016.

DE CASTRO, Iná Elias. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.

DA CUNHA, Erika Jorge Rodrigues. A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea. 2008.

DE OLIVEIRA AMORIM, Fernando. Participação social no processo de planejamento urbano e o direito à cidade. Dever compartilhado e direito fragmentado: o caso projeto nova luz em São Paulo/SP. **Revista Tópos**, v. 6, n. 1, p. 149-172, 2012.

ERMÍNIA, Maricato. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

GASPAR, ESTHER WEINTRAUB. O cotidiano da rua: um estudo através da percepção do gazeteiro de Fortaleza. **Fortaleza: Fundação Edson Queiroz: Universidade de Fortaleza**, 2006.

KUNZ, Gilderlândia Silva; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Silvia Vasconcelos. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal: Revista de psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014.

LEFÈBRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 71-91, 1999.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. Projeto Quapá, Laboratório da Paisagem, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

MARINHO, Raphael Campana; FERREIRA, André. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Minas Gerais: o Plano Estratégico de Desenvolvimento

Sustentável do Consórcio da Zona da Mata e Campos das Vertentes. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, p. 125-146, 2019.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti; DE OLIVEIRA, Paula Custódio; PATITUCCI, Giulia Pereira. O pensamento de Jane Jacobs na perspectiva da cidade incluyente. **Revista Políticas Públicas & Cidades-2359-1552**, v. 4, n. 2, p. 70-89, 2016.

PIZARRO, Ana. **Histórias da literatura: teorias e perspectivas**. EDIPUCRS, 2010.

ROCHA, ZULENE DE HOLANDA. **LEGISLAÇÃO URBANA: A RUA ESPAÇO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO**.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. 2006.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Bruno Henrique dos. A formação sócio espacial de São João del-Rei/MG e o processo de regionalização do Campo das Vertentes. **São João del-Rei, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSJ**, 2017.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. **São Paulo: Hucitec**, v. 5, 1997.

SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. **Perceber o (in) visível: o corpo desenhando uma trajetória existencial no espaço e no objeto**. 2011. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. pp. 169-259.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.